



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

L I D O
Em, 07/08/12
DAIS 12079
Assessoria de Plenário

MENSAGEM

Nº 272 /2012-GAG

Brasília, 02 de agosto de 2012

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Legislativa,

Dirijo-me a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais para comunicar que, nos termos do art. 74, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal, votei por inconstitucionalidade o **Projeto de Lei nº 393/2011**, que *torna obrigatório, no âmbito do Distrito Federal, o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante, bem como o uso de Equipamentos de Proteção Individual e dá outras providências.*

MOTIVOS DE VETO

O Poder Executivo não se contrapõe ao mérito do Projeto de Lei 393/2011, aprovado por essa Casa. No entanto, o disposto no art. 1º contém exigência própria de normas regulamentares de profissão, matéria da competência legislativa privativa da União (CF, art. 22, XVI).

Com efeito, ao determinar a exigência de formação específica, em nível técnico, para os operadores de equipamentos emissores de radiação ionizante, o PL fixa condições para o exercício de uma profissão, o que não pode estar contido em lei distrital.

A Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO PATRÍCIO

Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal

NESTA

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL Nº 393 / 11
Folha nº 23 9



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Por outro lado, a Lei federal 7.394, de 29/10/1985, com a alteração promovida pela Lei 10.508, de 10/7/2002, já regula o exercício da profissão de técnico em radiologia, o que contempla os objetivos contidos no Projeto de Lei ora vetado.

Por essas razões, após o **veto total ao Projeto de Lei nº 393/2011** e solicito aos Membros dessa Casa Legislativa a sua manutenção.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência e aos demais Deputados Distritais as expressões do meu apreço e consideração.

Atenciosamente,


AGNELO QUEIROZ
Governador

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL Nº 393 / 11
Folha nº 24 92

**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL**

(Autoria do Projeto: Deputado Dr. Michel)

Torna obrigatório, no âmbito do Distrito Federal, o diploma de técnico em radiologia para a operação de equipamentos emissores de radiação ionizante, bem como o uso de Equipamentos de Proteção Individual e dá outras providências.

A CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL decreta:

Art. 1º Os operadores de equipamentos emissores de radiação ionizante ficam obrigados, no âmbito do Distrito Federal, a comprovarem formação específica na área de radiologia, no mínimo, em nível técnico.

Art. 2º Para a operação dos equipamentos referidos no art. 1º, será obrigatório o uso de Equipamentos de Proteção Individuais – EPI, sendo aplicáveis a Portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa nº 453, de 1º de junho de 1998, e a Resolução do Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia – Conter nº 21, de 27 de dezembro de 2006.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de julho de 2012

DEPUTADO PATRÍCIO
Presidente

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 393 / 11
Folha nº 25 9



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

ASSESSORIA DO PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

Ao Protocolo Legislativo para registro e posteriormente, à Assessoria de Plenário e Distribuição para juntada e providências regimentais.

Em, 08/08/2012


ITAMAR PINHEIRO LIMA

Chefe da Assessoria

Mat.10.694

ASSESSORIA DE PLENÁRIO
PL nº 393 11
Folha nº 26 2